



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 3 de março de 2020

As cidades da UE devem incentivar uma maior utilização de modos de transporte sustentáveis, alerta o Tribunal de Contas Europeu

Seis anos após a Comissão Europeia ter apelado a uma mudança radical, não existe uma indicação clara de que as cidades da UE estejam a mudar fundamentalmente as suas estratégias no que respeita às deslocações das pessoas nas cidades e a incentivar que o tráfego urbano passe para modos de transporte mais sustentáveis e respeitadores do ambiente, conclui o novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE). Em especial, não se verificou uma redução significativa da utilização de automóveis particulares e a poluição atmosférica em muitas cidades continua a exceder os níveis de segurança.

A União Europeia está a investir montantes substanciais para ajudar as cidades a facilitar as deslocações das pessoas de forma mais respeitadora do ambiente. No período de 2014-2020, disponibilizou cerca de 16,5 mil milhões de euros para a mobilidade urbana, destinados sobretudo a transportes não poluentes (metro e elétrico) mas também a ciclovias e a sistemas de transporte inteligentes.

"Melhorias significativas no sentido de uma mobilidade mais sustentável nas nossas cidades podem exigir mais tempo, mas não são possíveis sem o empenho dos Estados-Membros. Todas as partes interessadas a nível da UE, nacional, regional e municipal devem trabalhar em conjunto para alcançar este objetivo", afirmou Iliana Ivanova, Membro do TCE responsável pelo relatório. "O novíssimo Pacto Ecológico Europeu salienta a importância de concretizar a mudança radical há muito devida nas nossas cidades."

O TCE examinou se o apoio da UE ajudou a que a mobilidade nas zonas urbanas se tornasse mais sustentável e se as cidades registaram progressos desde o pacote de mobilidade urbana publicado em 2013 pela Comissão Europeia. Analisou os transportes públicos, a poluição e o congestionamento em oito áreas metropolitanas de quatro Estados-Membros: Hamburgo e Leipzig, na Alemanha; Nápoles e Palermo, em Itália; Łódź e Varsóvia, na Polónia; e Barcelona e Madrid, em Espanha.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

O TCE afirma que uma rede de transportes públicos eficiente, que integre as zonas circundantes e inclua diferentes opções de transporte, é essencial para incentivar os cidadãos a passar dos automóveis particulares para meios de transporte mais ecológicos, como deslocações a pé, de bicicleta e de transportes públicos.

Desde 2013, a Comissão emitiu orientações sobre a resposta aos desafios da mobilidade urbana e aumentou o financiamento da UE para projetos, o que permitiu a cidades em toda a União pôr em prática uma série de iniciativas para melhorar a qualidade e quantidade dos transportes públicos. Contudo, o TCE observa que os projetos financiados pela UE nem sempre se basearam em estratégias de mobilidade urbana sólidas e não foram tão eficazes como previsto. As cidades enfrentam desafios na utilização eficaz e sustentável do apoio da UE por duas razões principais: assegurar financiamento próprio suficiente para suportar os custos operacionais e de manutenção; e desenvolver políticas coerentes em matéria de estacionamento, zonas sem carros e bicicletas. O TCE constatou ainda que os projetos sofriam frequentemente atrasos e que não atingiam o número de passageiros previsto.

Em 2019, a Comissão começou a formular recomendações específicas aos Estados-Membros sobre a mobilidade urbana, no âmbito do processo do Semestre Europeu. O TCE salienta que é necessário fazer o seguimento destas recomendações a respeito do modo de utilização do financiamento nacional e da UE. Recomenda também à Comissão que exija aos Estados-Membros a transmissão de dados de maior qualidade sobre a mobilidade urbana nas suas principais cidades e a apresentação regular de informações sobre os progressos realizados. Além disso, as cidades que não disponham de um plano sólido de mobilidade urbana sustentável devem deixar de receber financiamento da UE.

Nota aos diretores das publicações

O congestionamento do tráfego é um dos maiores desafios à mobilidade urbana, que afeta a maioria dos europeus e tem um custo de cerca de 270 mil milhões de euros por ano. Uma circulação fluida nas zonas urbanas poderia estimular o seu crescimento económico e aumentar a produtividade dos trabalhadores até 30%. O congestionamento nestas zonas pode também prejudicar a eficiência de toda a rede europeia de transportes.

Os Estados-Membros e as cidades gerem a mobilidade urbana a nível local, e a Comissão Europeia tem apenas um papel limitado. No entanto, em 2013, a Comissão apelou a uma "mudança radical" na resposta aos desafios da mobilidade urbana, aumentando o financiamento disponível e promovendo a transição para transportes urbanos mais sustentáveis.

O transporte rodoviário é uma das grandes causas da poluição atmosférica nas zonas urbanas e das emissões de gases com efeito de estufa. Todas as cidades visitadas pelo TCE são abrangidas pelos processos por infração iniciados pela UE e, à exceção de Leipzig e Palermo, continuavam no final de 2019 a exceder os níveis de poluição permitidos.

O Relatório Especial 6/2020, intitulado "Mobilidade urbana sustentável na UE: o empenho dos Estados-Membros é indispensável para a concretização de melhorias substanciais", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.

O TCE publicou anteriormente um [relatório](#) conexo, sobre a eficácia dos projetos de transportes urbanos.

Contactos de imprensa para o presente relatório

Damijan Fišer – E-mail: damijan.fiser@eca.europa.eu Tel.: (+352) 4398 45510 / Telemóvel: (+352) 621 55 22 24